



A PESQUISA E A FUNÇÃO SOCIAL DA UNIVERSIDADE¹

Cibele Biehl Bossle; Alex Branco Fraga

RESUMO

Este estudo objetivou enfocar o debate em torno do modelo de universidade a ser adotado no Brasil especificamente a partir do século XX, destacando os papéis desempenhados pela universidade: a formação de profissionais e a formação de pesquisadores. Utilizamos como referência, autores que trabalham em um campo de investigação voltado aos estudos sobre a temática universidade. A bibliografia aponta que nos últimos anos a pesquisa vem ganhando grande visibilidade na universidade brasileira. Este fato, agregado à concepção de indissociabilidade entre ensino e pesquisa nas universidades, tem gerado tensionamento entre os professores atuam na graduação com a formação de profissionais e os professores que desenvolvem pesquisas e atuam na formação de novos pesquisadores.

PALAVRAS CLAVE: *Universidade; Pesquisa; Formação.*

ABSTRACT

This study aimed to focus the debate on the university model to be adopted in Brazil specifically from the twentieth century, highlighting the roles played by the university: the training of professionals and training of researchers. Used as reference, authors working in a field of research focused on studies on the subject university. The literature points out that in recent years the research has gained high visibility in Brazilian university. This fact, added to the concept of indivisibility of teaching and research in universities, has generated tension among teachers working in graduation with the training of professionals and teachers who develop research and work in the formation of new researchers.

PALABRAS CLAVE: *University; Search; Formation.*

¹ O presente trabalho contou com apoio financeiro da CAPES.



RESUMEN

Este estudio tuvo como objetivo centrar el debate sobre el modelo de universidad que ha de adoptarse en Brasil específicamente a partir del siglo XX, destacando el papel desempeñado por la universidad: la formación de profesionales y la formación de investigadores. Se utiliza como referencia, los autores que trabajan en un campo de investigación centrado en estudios sobre la universidad. La literatura señala que en los últimos años, la investigación ha adquirido gran visibilidad en la universidad brasileña. Este hecho, agregado al concepto de indivisibilidad de la enseñanza y la investigación en las universidades, ha generado tensión entre los maestros que trabajan en la graduación con la formación de profesionales y docentes que desarrollan trabajos de investigación y en la formación de nuevos investigadores.

PALABRAS CLAVE: *Universidad. Investigación. Formación.*

INTRODUÇÃO

O presente estudo é parte da Tese de Doutorado intitulada “A emergência do ‘fazer científico’ na formação inicial em Educação Física da ESEF/UFRGS” (BOSSLE, 2014), vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências do Movimento Humano (PPGCMH) da Escola de Educação Física, Fisioterapia e Dança da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (ESEFID²/UFRGS). A investigação empreendida na referida tese objetivou compreender as condições de possibilidade para a emergência do “fazer científico” na formação inicial em Educação Física da ESEFID/UFRGS, está apoiada na teorização de Michel Foucault (1997) e na análise documental proposta por André Cellard (2012).

O processo de composição da empiria da referida tese se deu ao longo de um ano e sete meses de levantamentos nas instalações da ESEFID/UFRGS em busca de documentos referentes ao período foco do estudo: 1970 a 1990. A materialidade documental resultante

² Em 2015, a Escola de Educação Física da UFRGS (ESEF/UFRGS) passou a se chamar “Escola de Educação Física, Fisioterapia e Dança”, alterando sua sigla para EsEFID/UFRGS. Porém, os documentos anteriores à alteração apresentam a sigla ESEF/UFRGS.



desse processo abrangeu livros de atas da ESEF/UFRGS, ata de fundação do Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte, boletins da Associação dos Especializados em Educação Física e Desportos, depoimentos do Centro de Memória do Esporte, Catálogos de Cursos de Graduação da UFRGS, entre outros.

Dentre os capítulos e seções construídas, apresentamos no presente estudo a seção intitulada “Pesquisa e a Função Social da Universidade” que foi elaborada com o objetivo de focar o debate em torno do modelo de universidade a ser adotado no Brasil especificamente a partir do século XX, destacando os papéis desempenhados pela universidade: a formação de profissionais e a formação de pesquisadores. Utilizamos como referência, autores que trabalham em um campo de investigação voltado aos estudos sobre a temática universidade (ROTHEN, 2008, ROMANI, 1982, NUNES, 2012, FÁVERO, 2003, 2004, 2006, GUIMARÃES, 2002).

PESQUISA E A FUNÇÃO SOCIAL DA UNIVERSIDADE

Durante a Conferência Mundial sobre Educação Superior, realizada em Paris, em 1998³, a Organização das Nações Unidas (UNESCO) apresentou a Declaração Mundial sobre a Educação Superior no século XXI: visão e ação⁴. No preâmbulo dessa declaração havia a seguinte definição de educação superior:

[...] todo o tipo de estudos, treinamento ou formação para pesquisa em nível pós-secundário, fornecido por universidades ou outros estabelecimentos de ensino que são aprovados pelas autoridades competentes do Estado como centros de ensino superior⁵ (UNESCO, 1998).

Chama a atenção na redação desta definição, a concomitância entre o ensino e a pesquisa, ou seja, entre a formação e a preparação para a pesquisa (CASTANHO, 2000).

³ Essa definição também havia sido apresentada por ocasião da 27ª Conferência Geral da UNESCO Sobre Educação Superior, realizada em Paris, em 1993.

⁴Tradução nossa.

⁵Tradução nossa.



Essa definição da UNESCO coloca a pesquisa em uma posição central na universidade⁶. Fávero (2003, 2004) entende que, por suas funções, a universidade deve se constituir em um espaço de pesquisa e de produção do conhecimento e, ao mesmo tempo, em um lugar de socialização do saber produzido. Para isso, essa autora defende a instituição universitária pensada como um “espaço aglutinador e multiplicador de conhecimento, tecnologia e cultura; espaço que deve ser marcado pela investigação científica e pela formação de profissionais mediante práticas educativas bem definidas” (FÁVERO, 2003, p. 254). Pelo exposto acima, a universidade parece desempenhar dois papéis distintos: a formação de profissionais e a formação de pesquisadores.

Porém, Guimarães (2002) destaca que inicialmente a universidade brasileira não tinha a pesquisa como uma de suas missões fundadoras. Esse autor aponta que provavelmente em apenas quatro universidades brasileiras a pesquisa tenha sido pensada como missão institucional inaugural: a Universidade de São Paulo (USP), a Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), a Universidade de Brasília (UnB) e a Universidade do Norte Fluminense (UENF). Nas demais instituições “ela veio depois, com todas as dores dos implantes e dos corpos estranhos” (GUIMARÃES, 2002, p. 46). Esse autor ainda explica qual era a missão inaugural das demais instituições (dentre as quais está incluída a UFRGS, fundada em 1934, universidade foco da tese de doutorado da qual o presente estudo é oriundo):

Nossas muito recentes universidades foram inauguradas, a partir dos anos 20, com a missão precípua de institucionalizar o ensino de terceiro grau, até então disperso e desregulamentado em um punhado de escolas isoladas, algumas existentes desde o império. Essa foi a única tarefa delegada às novas instituições nas quais [...] a pesquisa não era sequer tolerada nos primeiros tempos. Nesse período, que durou até o final do Estado Novo⁷ e talvez um pouco mais, os docentes que tinham vocação para a pesquisa a exerciam em institutos (paralelamente ao trabalho na

⁶Apesar de o ensino superior abranger tanto instituições públicas quanto privadas, o presente estudo trata especificamente da universidade pública.

⁷Estado Novo é o regime político brasileiro criado pelo presidente Getúlio Vargas, vigente de 1937 até 1945.



universidade), ou mesmo em casa, quando tinham bens de família que permitissem essa opção (GUIMARÃES, 2002, p. 45).

Esse quadro começa a mudar a partir dos anos 1950. Dentre os fatores que propiciaram essa mudança destaca a criação do Conselho Nacional de Pesquisa e da CAPES em 1951 e a Reforma Universitária de 1968. O Conselho Nacional de Pesquisa, atual Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), foi criado através da Lei n. 1.310/1951, com a finalidade de “promover e estimular o desenvolvimento da investigação científica e tecnológica em qualquer domínio do conhecimento” (BRASIL, 1951a). As principais atividades atribuídas ao conselho foram o auxílio à pesquisa e a concessão de bolsas de estudo, sendo a metade dos seus recursos financeiros dirigida ao fomento das ciências biológicas, por ser uma das áreas científicas de maior tradição no Brasil até então (ROMANI, 1982).

Para Romani (1982, p. 01), a criação desse conselho se constituiu em um marco nas relações Estado-ciência e estabeleceu, “pela institucionalização do papel do Estado enquanto patrocinador direto de pesquisas, novo padrão de relacionamento pelo qual este assume explicitamente a condição e apoio da atividade de produção científica”. Esse autor esclarece que, embora o conselho tenha sido implantado somente na década de 1950, antes disso o desenvolvimento científico e tecnológico no país já estava relacionado ao Estado, seja de forma direta ou indireta, ao qual cabia a responsabilidade pela promoção do desenvolvimento de instituições científicas e tecnológicas no Brasil (ROMANI, 1982).

Além do CNPq, também no ano de 1951 é criada a Campanha Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, atual Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior (CAPES), através do Decreto nº 29.741 (BRASIL, 1951b), com o objetivo de "assegurar a existência de pessoal especializado em quantidade e qualidade suficientes para atender às necessidades dos empreendimentos públicos e privados que visam ao desenvolvimento do país".

Para Guimarães (2002), a entrada da pesquisa na universidade ocorreu por ação da CAPES na pós-graduação a partir do início dos anos 1960 e consolidou-se somente no final da década de 1970. A CAPES vinculou a pós-graduação à estrutura das universidades



através de políticas institucionais voltadas para ações de fomento e pelo modelo de avaliação dos cursos e, a partir daí, passaram a ser necessárias “estruturas universitárias capazes de dialogar com a agência, em particular as pró-reitorias de pós-graduação e também as câmaras de pós-graduação nos conselhos superiores” (GUIMARÃES, 2002, p. 45). Além da CAPES e do CNPq, a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), criada em 1962 e a Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), criada em 1971, também se constituíram em agências de apoio à pesquisa e à pós-graduação (GUIMARÃES, 2002).

Outro marco importante para a pesquisa na universidade brasileira foi a Reforma Universitária, que ocorreu com a instituição da Lei n. 5.540/1968 (BRASIL, 1968b). Rodrigues (2002) aponta essa reforma como a mais marcante reestruturação da universidade brasileira implementada pelo Estado. A Reforma Universitária foi estabelecida durante a gestão do presidente Artur da Costa e Silva, representante do governo militar, e atendeu às orientações da *United States Agency for International Development* (USAID) (NUNES; MOLINA NETO, 2005).

De acordo com Nunes e Molina Neto (2005) o Brasil passou a estabelecer acordos de intercâmbio de conhecimento com os Estados Unidos a partir da década de 1950, através do Ministério da Educação e Cultura (MEC) e a USAID, com o objetivo de fazer com que a educação brasileira acompanhasse o ritmo de desenvolvimento econômico do Brasil. As orientações da USAID visavam “a eficiência, a modernização, a flexibilidade administrativa e a formação de recursos humanos de alto nível para o desenvolvimento da nação” (NUNES; MOLINA NETO, 2005, p. 171).

Fávero (2006) comenta que no início do ano de 1968, a mobilização estudantil, por meio de intensos debates nas universidades e manifestações de rua, passou a exigir do Governo soluções para os problemas educacionais. Em resposta, através do Decreto nº 62.937/1968 (BRASIL, 1968a), o Governo criou o Grupo de Trabalho (GT) encarregado de estudar as medidas necessárias para resolver a “crise da Universidade”⁸ e a partir do

⁸ Grifo nosso.



relatório final desse GT é que passou a ganhar sentido viabilizar sob a forma de lei os princípios da Reforma Universitária (FÁVERO, 2006). Para Rothen (2008), a Lei da Reforma Universitária:

[...] é, por um lado, fruto das discussões que se realizavam sobre o modelo de universidade a ser adotado no país, discussões que nortearam a ação do CFE na fase jurisprudencial, como na elaboração dos Decretos-Lei n. 53/1966⁹ e n. 252/1967¹⁰, por outro, fruto da vontade dos militares, mediante uma legislação centralizadora, de imporem à sociedade civil um consenso sobre o modelo de universidade e diminuírem as resistências internas das universidades ao regime militar" (ROTHEN, 2008, p. 471).

É importante ressaltar que o debate em torno do modelo de universidade a ser adotado no Brasil já adquiria destaque na década de 1920 pela atuação da Associação Brasileira de Educação (ABE) e da Academia Brasileira de Ciências (ABC), sendo que também eram recorrentes nesse debate questões sobre as funções da universidade brasileira, a concepção de universidade e a autonomia universitária (FÁVERO, 2006). As funções da universidade também foram objeto de discussão da 1ª Conferência Nacional de Educação, realizada em 1927, em Curitiba/PR, a partir da tese apresentada por Amoroso Costa intitulada As Universidades e a Pesquisa Científica (FÁVERO, 2006). Mas é a partir da Reforma Universitária que o “modelo de Instituição de Ensino Superior (IES) passa a ser a universidade e esta é definida como a instituição produtora de conhecimento, via pesquisa” (MOROSINI, 2009, p. 128).

Dentre as medidas propostas pela Reforma Universitária, que visavam o aumento da eficiência e da produtividade da universidade, Fávero (2006) destaca a extinção da cátedra e substituição pelo sistema departamental, o vestibular unificado e classificatório, o ciclo básico, o sistema de créditos e de matrícula por disciplina, a carreira do magistério e a pós-graduação. A departamentalização encontrou resistências desde a implantação da reforma, e o departamento, sendo entendido como unidade de ensino e pesquisa, passou a ser, com frequência, “um espaço de alocação burocrático-administrativa de professores,

⁹ Brasil (1966).

¹⁰ Brasil (1967).



tornando-se, em alguns casos, elemento limitador e até inibidor de um trabalho de produção de conhecimento coletivo” (FÁVERO, 2006, p. 34).

Além destas medidas, destacam-se dentre as inovações da reforma a indissociabilidade entre ensino e pesquisa, o desenvolvimento da pesquisa na universidade, a instituição de programas de pós-graduação em nível de Mestrado e Doutorado, a unidade de patrimônio e de administração, a unidade de funções de ensino e de pesquisa, os exames vestibulares classificatórios, a organização por semestres, a flexibilidade na organização do currículo, a reestruturação administrativa, a perda de autonomia e o controle externo das Faculdades (NUNES; MOLINA NETO, 2005, CHAMLIAN, 2003, ROTHEN, 2008).

Para Chamlian (2003), o estabelecimento da indissociabilidade entre ensino e pesquisa como princípio norteador para o desenvolvimento da universidade brasileira acabou transformando os professores universitários em professores pesquisadores. Essa autora pontua que a partir da reforma os cursos de pós-graduação passaram a desempenhar “duas funções importantes para a universidade: o desenvolvimento da pesquisa e a formação de seus quadros docentes” (CHAMLIAN, 2003, p. 44).

Nos últimos anos a pesquisa ganhou grande visibilidade na universidade brasileira, fato que vem gerando tensão entre aqueles professores que trabalham na graduação visando à formação de profissionais e aqueles que fazem pesquisa e trabalham com a formação de novos pesquisadores (GUIMARÃES, 2002). Guimarães (2002) explica essa tensão:

A parte da universidade que dá aulas para formar profissionais queixa-se de as atividades de pesquisa serem cada vez mais exiladas do conjunto da vida universitária. Na outra ponta, a parte da universidade que faz pesquisa e forma novos pesquisadores queixa-se das incompreensões do “baixo-clero” quanto ao papel motor e vital da pesquisa, para a universidade e para o país. A essas “partes”, devemos agregar mais uma, recente, uma terceira ponta da corda, que opõe a pesquisa e o ensino de graduação na academia às florescentes atividades de extensão e prestação de serviços. Essa tensão vem sendo estimulada no país pela contenção de recursos públicos para a universidade durante a década passada¹¹ (GUIMARÃES, 2002, p. 46).

¹¹ 1990.



Neste sentido, a partir da revisão realizada por Hattie e Marsh (1996), Nunes (2012) comenta as três abordagens distintas encontradas nos estudos que enfocam a relação entre ensino e pesquisa: os que mostram uma relação negativa entre ensino e pesquisa, os que apontam uma relação positiva entre ensino e pesquisa e, ainda, os que entendem que não há relacionamento entre o ensino e a pesquisa. Os estudos que abordam a relação negativa apontam que: os docentes que dispensam muito tempo com atividades de pesquisa sacrificam o tempo dedicado ao ensino, as atividades de ensino e pesquisa exigem qualidades totalmente distintas dos profissionais e os incentivos destinados ao ensino e à pesquisa são diferentes (NUNES, 2012). Enquanto a sociedade não valoriza a docência, “a pesquisa, além de ser mais prestigiosa, é considerada mais lucrativa. Frente a essa realidade, o incentivo para focar suas ações na pesquisa seriam maiores que os incentivos para a sala de aula” (NUNES, 2012, p. 65). Este autor lembra ainda que no Brasil, ao contrário do que acontece em relação à pesquisa, inexistem fundações de apoio ao ensino.

Quanto à abordagem positiva sobre o ensino e a pesquisa evidenciada na revisão de Hattie e Marsh (1996), Nunes (2012) comenta a existência de estudos que demonstram que, tanto pesquisadores quanto professores, entendem que a pesquisa é fundamental para o bom desempenho docente, e há também aqueles que argumentam que os atributos necessários ao bom pesquisador são os mesmos do bom professor. Por fim, a abordagem que visa apontar a inexistência de relação entre ensino e pesquisa é justificada pelo argumento de que pesquisa e ensino têm objetivos diferentes e que o funcionamento de ambos de modo independente levaria a um melhor aproveitamento de recursos e a uma melhora da qualidade (NUNES, 2012). Independentemente da abordagem usada é evidente o tensionamento gerado pela ideia da indissociabilidade entre ensino e pesquisa nas universidades nos últimos anos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo objetivou focar o debate em torno do modelo de universidade a ser adotado no Brasil especificamente a partir do século XX, destacando os papéis



desempenhados pela universidade: a formação de profissionais e a formação de pesquisadores. A bibliografia voltada para os estudos sobre a temática universidade aponta que nos últimos anos a pesquisa vem ganhando grande visibilidade na universidade brasileira. Este fato, agregado à concepção de indissociabilidade entre ensino e pesquisa nas universidades, tem gerado tensionamento entre os professores atuam na graduação com a formação de profissionais e os professores que desenvolvem pesquisas e atuam na formação de novos pesquisadores (GUIMARÃES, 2002).

REFERÊNCIAS

- BOSSLE, C.B. *A emergência do “fazer científico” na formação inicial em Educação Física da ESEF/UFRGS*. 2014. 269f. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Escola de Educação Física, Programa de Pós-Graduação em Ciências do Movimento Humano, Porto Alegre, RS-BR, 2014.
- BRASIL. *Decreto-Lei n. 53, de 18 de novembro de 1966*. Fixa princípios e normas de organização para as universidades federais e dá outras providências. 1966.
- _____. *Decreto-Lei n. 252, de 28 de fevereiro de 1967*. Estabelece normas complementares ao Decreto-Lei n. 53, de 18 de novembro de 1966, e dá outras providências. 1967.
- _____. *Decreto n. 29.741, de 11 de julho de 1951*. Institui uma Comissão para promover a Campanha Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. 1951b.
- _____. *Decreto n. 62.937, de 02 de julho de 1968*. Dispõe sobre a instituição de grupo de trabalho para promover a reforma universitária e dá outras providências. 1968a.
- _____. *Lei n. 1.310, de 15 de janeiro de 1951*. Cria o Conselho Nacional de Pesquisas, e dá outras providências. 1951a.
- _____. *Lei n. 5.540, de 28 de novembro de 1968*. Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências. 1968b.
- CASTANHO, S. A educação superior no século XXI: comentários sobre o documento da UNESCO. *Interface*, v. 4, n. 7, ago., 2000.



CELLARD, A. A análise documental. In: POUPART, J. et al. *A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos*, Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

CHAMLIAN, H.C. Docência na Universidade: professores inovadores na USP. *Cadernos de Pesquisa*, n.118, março, 2003.

FÁVERO, M.L.A. Reflexões sobre universidade, pesquisa e iniciação científica. *RBPAAE*, v.19, n.2, jul./dez., 2003.

_____. *Autonomia e poder na universidade: impasses e desafios*. Perspectiva, Florianópolis, v.22, n.1, jan./jun. 2004.

_____. *A Universidade no Brasil: das origens à Reforma Universitária de 1968*. Educar, Curitiba, Editora UFPR, n.28, 2006.

FOUCAULT, M. *A Arqueologia do Saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997.

GUIMARÃES, R. Pesquisa no Brasil: a reforma tardia. *São Paulo em Perspectiva*, 16(4), 2002.

HATTIE, J.; MARSH, H. W. The relationship between Research and Teaching: A Meta-Analysis. *Review of Educational Research*, winter, 1996.

MOROSINI, M.C. A Pós-graduação no Brasil: formação e desafios. *RAES*, ano1, n.1, nov., 2009.

NUNES, C.F.T.; MOLINA NETO, V. O processo de federalização da ESEF/UFRGS sob a perspectiva dos professores: o estudo de um caso. *Movimento*, v.11, n.2, mai./ago., 2005.

NUNES, E.O. *Educação Superior no Brasil: estudos, debates, controvérsias*. Rio de Janeiro: Garamond, 2012.

ROMANI, J.P. O Conselho Nacional de Pesquisas e institucionalização da Pesquisa Científica no Brasil. In: SCHWARTZMAN, S. *Universidades e Instituições Científicas no Rio de Janeiro*, Brasília, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), 1982.

ROTHEN, J.C. Os bastidores da reforma universitária de 1968. *Educação & Sociedade*, Campinas, v.29, n.103, maio/ago. 2008.



UNESCO. *Declaración mundial sobre la educación superior en el siglo XXI: visión y acción*. Paris, 1998.

Endereço: Rua Felizardo, 750. Bairro Jardim Botânico, Porto Alegre, RS, Brasil.

E-mail: cibele.bossle@terra.com.br

Formato da Apresentação: Pôster.